

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: AS EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES LGBTI+ NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL¹

Johana de Angelis Cavalcanti de Morais²
Kleber Fernando Rodrigues³

RESUMO

Este artigo sistematiza parte dos resultados de uma pesquisa sobre as experiências de estudantes LGBTI+ na educação profissional e tem como campo de estudo o Instituto Federal de Pernambuco – *Campus Olinda*. São problematizadas questões como gênero, sexualidade, identidade, educação e multiculturalismo. A abordagem metodológica proposta foi de natureza qualitativa, apoiando-se na técnica de análise de conteúdo de Bardin. Os dados foram obtidos por meio de levantamento bibliográfico e documental, observação simples, e de entrevistas semiestruturadas com 5 estudantes LGBTI+ dos cursos subsequentes do mencionado *campus*. Como resultados, identificamos relações interpessoais e institucional positivas, com episódios pontuais de LGBTIfobia e necessidade de retomada das atividades do Núcleo de Gênero e Diversidade - NEGED, especialmente com os estudantes ingressantes, a fim de fortalecer ainda mais o caráter inclusivo do campus.

Palavras-chave: LGBTI+, Gênero, Sexualidade, Multiculturalismo, Educação profissional.

INTRODUÇÃO

Gênero, diversidade sexual e práticas de violências direcionadas à população LGBTI+⁴ se apresentam como temáticas essenciais no país onde mais se mata LGBTI+ no mundo, segundo a entidade Grupo Gay da Bahia (GGB), que levanta dados sobre assassinatos da população LGBT no Brasil há 40 anos. A situação se agravou no cenário político (2018/2019), cuja conjuntura propiciou a ascensão de movimentos neofascistas, inclusive, nas instituições de educação do país.

Não bastasse a conjuntura política desfavorável, o ano de 2020 está sendo marcado pela pandemia do Novo coronavírus, que provocou o isolamento social e o distanciamento

1 Este artigo é parte da dissertação intitulada: “Gênero e diversidade sexual: as experiências de estudantes LGBTI+ na educação profissional e os desafios enfrentados no mundo do trabalho”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/IFPE – *Campus Olinda*.

2 Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/IFPE – *Campus Olinda* /PE, johanamorai@hotmail.com.

3 Doutor em Sociologia pela Universidade Sorbonne - Paris 5 - Université Paris Descartes; Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE); vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/IFPE, kleber@pesqueira.ifpe.edu.br.

4 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais. O símbolo + se refere à inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

entre as pessoas nos espaços públicos. Por outro lado, obrigou a aproximação e convivência no âmbito privado, realidade que tende a ser desfavorável para minorias historicamente discriminadas, que passaram a conviver as 24 horas do dia com possíveis algozes. Essa situação se agrava, sobretudo, em um contexto social e econômico em crise e com alto nível de desemprego.

O preconceito contra a população LGBTI+ tem sido denominado de LGBTfobia. De acordo com Reis (2018, p.35), a LGBTfobia pode ser definida como o “medo, a aversão ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos”.

Apesar da popularização do assunto na mídia e nas redes sociais, os estudos e discussões sobre gênero e sexualidade no ambiente educacional são temas emergentes e, ao mesmo tempo, combatidos por grupos conservadores que ora se intensificam, ora se retraem, conforme a propensão das condições políticas e sociais. As chamadas minorias sexuais não correspondem à inferioridade numérica, mas a maiorias silenciosas com pouco poder de fala e representatividade que, ao se politizarem e conquistarem visibilidade, alcançam, simultaneamente, aceitação e respeito, bem como o seu oposto: ataques e manifestações de repúdio, agressão e violência.

Conforme Miskolci (2012), na década de 1960, transformações políticas e culturais repercutiram na produção do conhecimento e em reflexões sobre a sexualidade como sendo algo construído socialmente, em contraposição à explicação meramente biológica, mas é a partir da década de 1980 que se concentram os estudos sobre a sexualidade na antropologia social. Já no início do século XXI, há a disseminação das fontes *queer* e considerável ampliação dos estudos sobre a sexualidade em áreas como sociologia, educação, psicologia, história, linguística e teologia.

Com o objetivo de contestar o argumento de que homens e mulheres são biologicamente diferentes e que a relação entre ambos decorre dessa diferença, é introduzida a distinção entre o conceito de sexo e gênero. Não se pretendia negar a biologia, mas enfatizar a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas, colocando o debate no campo social, lugar onde se constroem e se reproduzem as relações entre os sujeitos.

Conforme Louro (1997), a característica fundamental do conceito gênero não deve se referir à construção de papéis masculinos e femininos, pois seriam padrões ou regras fabricadas pela sociedade para definir comportamentos, roupas, modo de se relacionar, de modo que homens e mulheres deveriam responder a essas expectativas. “A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da *identidade* dos sujeitos” (LOURO, 1997, p.24).

Na distinção entre gênero e sexualidade, Louro (1997) afirma que as identidades sexuais se constituem por meio da forma como se vive a sexualidade: com parceiros do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. As identidades de gênero são construídas nas relações sociais atravessadas por discursos, símbolos, representações e práticas que produzem identificação com o masculino e com o feminino.

No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles podem ser negros, brancos ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui considerar é que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento – seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade – que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997, p. 27).

A construção dessa identidade implica, também, desconstruir a oposição binária entre o masculino e o feminino, pois essa lógica dicotômica considera que um polo se contrapõe ao outro, desconsiderando todos os sujeitos que não se identificam com nenhuma das formas.

De acordo com, Miskolci (2012), o Estado e as instituições controlaram a sexualidade por meio do que Foucault chamou de “pedagogização do sexo”, ou seja, um investimento na educação subserviente aos interesses estatais e biopolíticos. A proposta *queer* surge para superar essa pedagogização e fazer com que a educação esteja comprometida com as demandas da sociedade civil, organizada ou não. Para os/as teóricos/as *queer*, a oposição heterossexualidade/homossexualidade pode ser criticada e abalada por meio de processos desconstrutivos.

Apesar de a teoria *queer* se apropriar das ideias fundadoras de Foucault, não se reduz a elas, a exemplo de Judith Butler, umas das mais destacadas teóricas *queer*. Embora a filósofa pós-estruturalista reafirme o caráter discursivo da sexualidade, ela produz novas concepções sobre sexo, gênero e sexualidade. Butler, como outros teóricos *queer*, critica a oposição binária heterossexual/homossexual, bem como a heterossexualidade compulsória. Segundo esses teóricos, é necessária uma abordagem desconstrutiva que “permita compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências” (LOURO, 2001, p.549).

O *queer* atrai por não se restringir a homossexuais que se sentem em contradição com as normas, mas abrange inúmeras pessoas que não se adequam às convenções culturais e às obrigações comportamentais impostas. Essa teoria lida com o gênero como algo cultural e

entende que o masculino e o feminino estão em homens e em mulheres, ou seja, cada indivíduo tem formas de pensar e de agir que a sociedade pode qualificar como masculino ou feminino independentemente do sexo biológico.

Estudos sociológicos e antropológicos mostram uma instabilidade na forma como as pessoas se compreendem e se relacionam, por isso, há a necessidade de superar a ideia de uma educação sexual pensada como orientação, que termina por normalizar identidades e práticas. Ademais, esse tipo de educação sexual tende a reforçar a ideia de que falar sobre sexualidade é falar do biológico ou de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, em contraposição à proposta *queer*, que é pensar a sexualidade e outras diferenças como culturais e políticas.

Para Forquin (1993), existe uma íntima relação entre educação e cultura. O professor explica que toda educação implica comunicação, transmissão e aquisição de alguma coisa precedente (seja conhecimento, competência, crenças, hábitos ou valores) que ultrapassa e institui o ser humano e que pode ser denominada de cultura. A cultura, nesse sentido, não é compreendida como a soma bruta de tudo o que pode ser vivido, pensado e produzido pelos homens desde os primórdios da humanidade, mas, é entendida como:

Aquilo que, ao longo dos tempos, pôde aceder a uma existência “pública”, virtualmente comunicável e memorável, cristalizando-se nos saberes cumulativos e controláveis, nos sistemas de símbolos inteligíveis, nos instrumentos aperfeiçoáveis, nas obras admiráveis (FORQUIN, 1993, p. 13-14).

Sendo assim, a cultura seria o conteúdo substancial da educação e a educação não seria nada sem a cultura, de modo que uma não pode ser pensada sem a outra e ambas se apresentam com duas faces recíprocas e complementares.

Gomes (2007, p. 147) afirma que, “do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças.” Embora seja um elemento intrínseco ao processo de humanização, as culturas tendem a ressaltar determinados valores que lhes são próprios como positivos, ocasionando estranhamento e rejeição ao diferente. Portanto, é essencial ter clareza da concepção de diversidade presente nos currículos, visto que essa se torna uma questão tanto mais séria quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

De acordo com Candau (2008, p.13), “não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa”, não sendo possível conceber uma experiência pedagógica desvinculada das questões culturais da sociedade. Autores com diferentes orientações teórico-metodológicas têm analisado o caráter homogeneizador e

monocultural da escola e problematizado sobre a necessidade de construir novas práticas educativas que trabalhem a questão da diferença e do multiculturalismo.

Nesse sentido, a escola deve ser compreendida como um espaço de cruzamento de culturas e atravessado por tensões e conflitos, cujo grande desafio é lidar com a pluralidade e a diferença em vez de silenciá-las e neutralizá-las. Para esta teoria, a escola está em crise por não acompanhar as mudanças que ocorrem no mundo, por estar cada vez mais desenraizada da sociedade e distante dos universos simbólicos, das mentalidades e inquietudes das crianças e jovens de hoje.

Trabalhar a diversidade na escola é uma necessidade cobrada por grupos politicamente organizados que passaram a destacar suas singularidades e desmistificar a ideia de inferioridade socialmente construída. A escola não é um espaço neutro, portanto, é importante questionar e problematizar concepções de educação formal que não reconhecem a multiplicidade das experiências dos sujeitos, bem como pensar em uma educação multicultural. Inserir diversidade nos currículos implica compreender fenômenos como etnocentrismo, racismo, sexismo, LGBTIfobia e xenofobia; implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação.

Considerando que o IFPE e a educação profissional anunciam o compromisso com a formação humana integral, este recorte da pesquisa buscou compreender as experiências vivenciadas por estudantes LGBT na educação profissional a partir da análise das formas de violência institucional e interpessoais no ambiente educacional, e até que ponto a política de inclusão de gênero e diversidade do IFPE – *Campus Olinda* atende às necessidades dos estudantes LGBTI+. Os dados foram analisados com base na técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), a partir de referenciais teóricos pós-estruturalistas sem deixar de nos apropriarmos de vertentes próximas ao marxismo.

METODOLOGIA

Caracterizada por ser uma pesquisa de abordagem qualitativa, a qual, segundo Minayo (2009, p. 21), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, a pesquisa realizada adotou o materialismo histórico dialético como método de análise da realidade, por considerar que a compreensão da totalidade é fundamental no processo de construção do conhecimento (NETTO, 2009), ou seja, o fenômeno não pode ser entendido isoladamente, apartado dos aspectos políticos, econômicos e culturais.

O ambiente escolhido para a realização da pesquisa foi o curso de Artes Visuais e o curso de Computação Gráfica do IFPE – *Campus Olinda*. Os dados foram obtidos por meio pesquisa bibliográfica, em livros, dissertações, teses e artigos científicos; documental, a partir das normas internas do IFPE; observação simples, realizada nas dependências do Instituto; e entrevistas semiestruturadas, que privilegiam a interação entre pesquisador e sujeitos.

Participaram desta pesquisa 3 estudantes de Artes Visuais e 2 estudantes de Computação Gráfica, com faixa etária de 20 a 28 anos, todos com alguma experiência no mundo do trabalho. Dois se autodeclararam negros, dois pardos e um branco. A renda familiar per capita de três (03) participantes é inferior a um salário-mínimo; um (01) tem renda familiar per capita de cerca de um salário-mínimo e meio; e um (01) não soube informar.

Com relação à identidade de gênero, foram entrevistadas duas (02) mulheres cisgênero; um (01) homem cisgênero, uma (01) pessoa não binária e um (01) homem trans. No que concerne à sexualidade, duas (02) pessoas se declararam pansexual; uma (01) homossexual, uma (01) lésbica e uma (01) bissexual.

Participante	Curso	Idade	Cor	Renda familiar per capita	Orientação sexual	Identidade de gênero
Alfa	AV*	28	negra	Inferior a um salário-mínimo	Homossexual	Homem cis***
Beta	CG**	23	negra	Inferior a um salário-mínimo	Bissexual	Mulher cis
Gama	AV*	21	parda	Inferior a um salário-mínimo	Pansexual	Não binário
Delta	CG**	20	parda	Um salário-mínimo e meio	Lésbica	Mulher cis
Ômega	AV*	23	branca	Não soube informar	Pansexual	Homem trans

* Artes Visuais

** Computação Gráfica

*** Abreviação de *cisgênero*, termo utilizado para pessoas que se identificam em todos os aspectos com o sexo atribuído no nascimento.

Para a análise dos dados coletados, foi utilizada a análise de conteúdo a partir da perspectiva de Bardin (1977), especificamente a análise temática, cujas etapas compreenderam a pré-análise; codificação; categorização, inferência e interpretação.

No tocante à proteção dos sujeitos envolvidos da pesquisa científica, este estudo tomou como referência as Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e nº 510, de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Tiradentes de Jaboatão dos Guararapes-PE, conforme parecer consubstanciado de número 3.659.500.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de heteronormatividade surgiu como temática a partir da investigação sobre o descobrimento da sexualidade/identidade de gênero e dos desafios enfrentados pelos estudantes no processo de construção e afirmação dessas identidades.

Os trechos abaixo representam a instabilidade da sexualidade e o seu processo de construção:

...desde pequena eu sempre tive atração por mulheres, assim, e quando foi em 2014 eu me assumi como bissexual pra minha mãe, aí não deu muito certo. E aí depois eu fui descobrindo que a atração era muito mais forte do que eu pensava e aí hoje eu me assumo como lésbica mesmo (Delta).

...eu tinha uns 13, 14 anos mais ou menos, aí comecei a pesquisar, me informar, conheci uns canais no YouTube, aí fui me descobrindo. Até então eu me identificava como gay, só que aí eu fui vendo que não era, sabe? Ainda continuei com meu desconforto e tal. Aí fui explorando, fui pesquisando e agora tô aqui (Gama).

A compreensão de identidade neste trabalho refere-se à identidade do sujeito pós-moderno, caracterizado por não ter uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas definida historicamente. Para Hall (2006), o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, mesmo que temporariamente. Moreira e Câmara (2008) corroboram com essa definição ao afirmarem que a identidade não é fixa, não é estável, não é homogênea, nem definida; é inacabada, contraditória, instável e fragmentada, pois está em constante processo de construção.

Nas conversas informais ocorridas antes das entrevistas, a fim de saber como os sujeitos se identificavam, alguns fizeram o seguinte questionamento: “Tem que rotular?”, ou seja, classificar baseado em estereótipos que autorizam a violência física e simbólica contra a população LGBTI+? E por que rotular se a identidade não é estática?

Esses estereótipos que categorizam pessoas estão relacionados às expressões de masculinidades e feminilidades presentes no modelo heterossexual hegemônico de pensamento. No processo de descobrimento, o sujeito se defronta com o fato de que não

atende as regras impostas socialmente. Os entrevistados relataram que a identificação da sexualidade destoante da considerada padrão é percebida antes da identidade de gênero. Em alguns casos, na infância/adolescência, apesar de as referências sociais estarem construídas com base na ideia de casal heterossexual (representados em desenhos animados, filmes e novelas), surgem as primeiras atrações afetivas e sexuais por pessoas do mesmo sexo biológico:

É... sexualidade veio primeiro, né? Veio, na verdade, quando eu tava com uns 15 anos, eu... comecei a gostar de menina (Ômega).

No entanto, esse processo não é simples, é permeado pelo desconhecimento, pela dúvida, pelo questionamento, por aspectos morais e religiosos, pelo julgamento, pela culpa, pela sensação de não pertencimento, pela desconfiança alheia, pela falta de credibilidade e pela repressão.

...você é descoberto e lhe tiram do armário porque eu nem tinha parado pra pensar em entender esses processos e já tinha um movimento de repressão, né? De pai, de tios, de primos, de dizer: fala direito, de... anda assim e tal, fala feito homem (Alfa).

A cobrança da família e da sociedade em relação ao comportamento está vinculada aos papéis sociais que foram construídos historicamente para serem exercidos por homens e mulheres. Aqueles que contestam a sexualidade legitimada e assumem comportamento socialmente “inadequado” ao seu sexo biológico cruzam as fronteiras de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, heterossexual/homossexual.

...eu me coloco como homossexual afeminado, né? Eu não gosto muito dessa palavra, mas que não passam uma ideia de masculinidade, de interesses por coisas ditas do universo feminino, dança, arte, jeito de falar, jeito de me expressar [...] e aí passa pelo processo de tentar mudar, de tentar falar mais grosso, ou de performar uma masculinidade (Alfa).

Esse excerto leva ao questionamento do porquê o termo “afeminado” é desconfortável para Alfa. Trata-se de um termo estigmatizado pelas estruturas e discursos dominantes que reforçam um modelo simbolicamente violento ao atribuir ao feminino caráter inferior ao masculino. Essa violência simbólica leva a uma autodepreciação condizente com o entendimento presente em Bourdieu (2012), quando este discorre sobre o tabu na feminilização como sendo um sacrilégio do masculino, que sente-se obrigado a impor uma discrição ou dissimulação para driblar o estigma produzido pelas estruturas de dominação e poder.

No que concerne a performar uma masculinidade/feminilidade padrão, Butler (2018) afirma que esses modelos hegemônicos de pensamento precisam ser constantemente repetidos e reiterados para que se concretizem, pois os corpos não se conformam às normas performativas impostas.

...eu me sentia um menino no corpo de uma menina desde criança, mas eu não sabia que isso era possível, pra mim era tudo doideira da minha cabeça [...] o segundo momento também foi um pouco estressante, que foi quando eu me assumi trans. Ele também teve seus estresses, mas foi muito mais tranquilo, porque eu já tinha mais idade, já tinha um pouco de ma..., já tinha mais maturidade pra conseguir conversar com eles (pais), eu não fui arrancado (Ômega).

O primeiro momento costuma ser a descoberta da sexualidade, aparentemente menos difícil de se concretizar, contudo, mais difícil de encarar em razão da inexperiência e da incredibilidade. Ômega se identificou como pansexual e explicou que gosta de pessoas, independentemente de sexo, gênero ou orientação sexual. Essa identidade sexual se contrapõe à ideia binária limitante que contrapõe homem/mulher, homossexual/heterossexual e se apresenta contrária a estereótipos que violentam ao classificar as relações sexuais.

O segundo momento, que é o descobrimento da identidade de gênero, apesar de estar presente na infância, só se torna compreensível com a maturidade. É a falta de identificação com o sexo atribuído no nascimento associada à ideia de insanidade e de algo impossível de existir, visto que se trata da negação do próprio corpo.

Existem imposições para que seja seguido um padrão correspondente ao modelo heterossexual e reprodutivo. São construções históricas que têm a finalidade de controle do corpo e da sexualidade. Possuem caráter autoritário e repressivo e se exercem por meio de instituições como a escola, igrejas e jurídicas. (FOUCAULT, 2011).

A reprodução desse modelo repressivo afeta as pessoas LGBTI+ em diferentes fases da vida desde os primeiros sinais de expressão da sexualidade/identidade de gênero. Na infância, a repressão é praticada de diferentes formas pelos adultos e pelas crianças. Por estas, aparece em forma de piadas; por aqueles, se manifesta por meio de agressões físicas e psicológicas - xingamentos, reclamações, humilhações e tentativas de cura.

...quando eu falava, as pessoas notavam algo diferente, então eu já era motivo de piada, já vinham: Ah, bichinha e tal... de escola, de amigos de escola, assim, de primos. Com os adultos a repressão era mais... não era tão na brincadeira, era mais de reprimenda mesmo, de tentar cortar, né, de tentar mudar o que tava ali [...].busca da igreja numa tentativa de cura, né? De tentar, através da religião, mudar os desejos e os jeitos, os jeitos e tudo mais (Alfa).

A repressão é um ponto comum nos relatos e se apresenta de variadas formas. Ela é decorrente de crenças limitantes construídas historicamente sobre a existência de binarismos de sexo (macho/fêmea), gênero (feminino/masculino) e da heteronormatividade como sexualidade padrão. As pessoas reprimem de formas diversas, seja na tentativa de ridicularizar ou na tentativa de corrigir comportamentos considerados inadequados. Enquanto as crianças e adolescentes tendem a se utilizar da piada, os adultos costumam assumir uma postura mais rígida e violenta, todavia, todos os tipos de repressão acarretam sofrimento imediato e a longo prazo. Na fase adulta, a repressão é percebida de variadas formas, desde a agressão explícita por meio de violência física e verbal, até a agressão sutil e disfarçada, externalizada por risos, olhares e desprezo:

É tipo comentariozinho, aquelas piadinhas!? Aquelas piadinhas machistas, aquelas piadinhas que a gente acha que não faz mal a ninguém, mas que no fundo machuca alguém [...] é um ditado que minha mãe diz: o que encabula é a risada, não é a piada em si, é a risada, como as pessoas riem, tipo, se eu olho pra você... se eu não falo nada, mas eu olho pra você medindo você, como se eu tivesse, tipo, diferenciando você de mim ou você de outra pessoa... a pessoa sente. Se eu tô ali de dentro do meu armário, né? Eu sinto aquilo, aquilo me incomoda (Beta).

...eu passei por uma situação recentemente de sair de casa e ter sido agredida (fisicamente) pelo meu pai [...] “Ah, sua sapatão! Você é nojenta! Você só anda com quem não presta! Tá usando drogas! Você tá sendo influenciada (agressão psicológica da mãe)!” E das outras pessoas é o nojo mesmo, assim, o afastamento, aquela sensação de que aquela pessoa não te conhece, mas ela te despreza, o preconceito básico, né? (Delta).

Os trechos apresentam as dimensões das violências sofridas que, em muitos casos, são reforçadas no núcleo familiar e podem resultar em fragilização ou até mesmo no rompimento desses vínculos. A violência velada, cínica e disfarçada tende a ser perpetrada nos meios de socialização, como a escola; e nos espaços públicos, como ruas, bares, transportes públicos etc.

Quando inexistente a reciprocidade no intercâmbio social, a pessoa pode se isolar e se tornar insegura, desconfiada, deprimida, hostil, ansiosa e confusa. Surge no/a estigmatizado/a a sensação de não saber o que os outros estão pensando a seu respeito e a possível adoção de um comportamento defensivo ou agressivo (GOFFMAN, 2004).

Eu tô um pouco perdido, assim, eu não sei, eu tô... [...] aconteceram vários episódios que eu não necessariamente vou lembrar porque eu também não fico querendo cativar muito isso, sabe? [...] existe preconceito, existe violência, muita violência, a expectativa de vida de uma pessoa trans é até 35 anos e... não é uma vida tranquila, você tá susceptível, você tem medo de ir no banheiro, você tem... toda vez, sempre, sempre, sempre, banheiro é sempre uma questão, banheiro já foi uma questão mais de uma vez pra mim, de tipo, de olhares, de me sentir ameaçado,

de querer mandar eu sair do banheiro, enfim, é... provador, médico, também são questões... que são... simples, mas viram grandes questões quando você é uma pessoa trans (Ômega).

Não é tipo, ah, superei, mas todas as marcas do processo ainda estão lá, então ainda é... quando eu escuto um: Viado! Eu volto pra aquele mesmo lugar (Alfa).

Os trechos destacados enfatizam os medos e inseguranças advindas de experiências passadas e exemplificam como atos simples da vida cotidiana podem significar um grande transtorno para uma pessoa LGBTI+. O uso do banheiro, por exemplo, traz como ponto central o entendimento hegemônico dos corpos como meramente biológicos e a inteligibilidade heteronormativa de polos dicotômicos excludentes, desconsiderando toda a questão em torno da identidade de gênero.

Importa ressaltar que o processo de discriminação e exclusão é diferente entre os diferentes grupos que compõem a comunidade LGBTI+ no que concerne às expressões de masculinidades e feminilidades diferentes do sexo atribuído no nascimento. Por exemplo, os homens que assumem comportamentos afeminados e as mulheres que se expressam de maneira masculina, tendem a ser alvos mais fáceis de ataques de ódio e intolerância. Essa situação é ainda mais grave entre os que transitam para o gênero oposto, como o caso das pessoas transgênero. Considerando que esses sujeitos estão expostos a todo tipo de intolerância, algumas estratégias são usadas para lidar com o preconceito, discriminação e isolamento.

Claro que eu tenho uma segurança maior hoje em dia, também pela passabilidade, mas também porque você vai criando uma casca, sabe, pra lidar com esse tipo de situação (Ômega).

A passabilidade é um termo usado para indicar que a pessoa trans é percebida como cisgênero pela sociedade, ou seja, as pessoas não sabem que estão frente a uma pessoa trans por esta apresentar aparência, características e expressões próprias do gênero com o qual se identifica. Na entrevista, foi possível inferir que essa passabilidade se caracteriza como uma vantagem necessária em uma sociedade intolerante e preconceituosa, sendo apenas interessante quando funciona como mecanismo de proteção contra a LGBTIfobia em espaços públicos, não devendo ser encarada como uma conquista, pois o entrevistado expressou se orgulhar de sua identidade de gênero e querer ser reconhecido e respeitado como homem trans.

Outra estratégia de vida utilizada são as redes de apoio, ou seja, ocupar lugares e se cercar de pessoas que gerem a sensação de pertencimento e acolhimento.

...Você vai se cercando de pessoas e convivendo em lugares que eu me sinto bem.
Passei a frequentar mais lugares onde eu sei que eu era bem-vindo (ômega).

Quando a sexualidade/identidade de gênero pode ser ocultada como, por exemplo, no caso da passabilidade ou de gays, lésbicas e bissexuais que não expressam masculinidades/feminilidades contrárias ao sexo biológico, esse encobrimento também costuma ser utilizado como estratégia de defesa, sendo compartilhado apenas com pessoas empáticas à diferença e na presença dos quais não há necessidade de constrangimento ou autocontrole.

...as pessoas que eu contei, elas sabem e tratam muito bem, tipo, eu acho que eu filtrei meus amigos. Acho que por isso as pessoas que receberiam muito bem esse tipo de informação são as pessoas que são minhas amigas. As que não recebem, eu, tipo, indiferem pra mim... não fazem muito parte do meu ciclo de amizade (Beta).

Segundo Goffman (2004, p. 73), “essa divisão do mundo do indivíduo em lugares públicos, proibidos e lugares retirados, estabelece o preço que se paga pela revelação ou pelo ocultamento e o significado que tem o fato de o estigma ser conhecido ou não”. Ou seja, tanto revelar a identidade LGBTI+ como ocultá-la requer um valor a se pagar perante uma sociedade majoritariamente conservadora e preconceituosa.

No que concerne às relações sociais no IFPE/Olinda, os participantes foram questionados a respeito de como se dá a relação com colegas, professores e funcionários do IFPE, considerando a condição de pessoa LGBTI+ e se já sofreram discriminação ou outro tipo de violência na instituição. Esclarecemos que não houve menção direta aos técnicos administrativos e terceirizados da instituição, mas sim ao *campus* de uma forma geral, aos outros estudantes e aos docentes.

O sentimento expresso de “estar em casa” e o caráter de inclusão que o *campus* demonstra com os diferentes podem ser observados nos relatos sobre as relações no interior do IFPE/Olinda:

Aqui é muito tranquilo. Aqui é uma casa. Aqui é casa mesmo. É muito tranquilo, eu não tenho o que reclamar... (Delta).

Eu acho que esse IF, esse campus, ele tem uma energia muito de casa, assim, eu acho que por ter menos alunos, todo mundo conhece todo mundo de fato... (Ômega).

...aqui, tipo, qualquer tipo de aluno, seja hetero, seja branco, preto, pardo, não interessa. Aqui o acolhimento é muito grande e com o pessoal LGBT é bem maior... (Beta).

Eu acho bem inclusivo (Gama).

Não tive nenhum problema em relação a isso por ser LGBT no *campus*. Sempre foi muito tranquilo (Alfa).

Todos os entrevistados foram unânimes em apontar o IFPE/Olinda como um *campus* acolhedor da população LGBTI+, fato que desperta curiosidade por se tratar de um movimento contrário à maioria das instituições e espaços de socialização do país. Um dos aspectos mencionados, e a ser considerado, é a pequena quantidade de alunos, facilitando, assim, o estreitamento das relações sociais.

A inclusão mencionada compreende minorias para além da população LGBTI+ e abrange grupos historicamente discriminados por questões raciais, dando indícios de que esses recortes sociais que compõem as identidades são observados e respeitados dentro do *campus*. Frise-se, nesse aspecto, a importância da diversidade no ambiente educacional para a construção da identidade.

Sobre diversidade, Gomes (2007, p. 147) afirma que, “do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças.” Entender a diversidade numa perspectiva relacional, que se dá com a construção de processos identitários, implica compreender que, assim como a diversidade, a identidade não é inata e se constrói a partir da interação com o meio, em determinado contexto histórico, social, político e cultural.

No contexto do IFPE – Olinda, alguns entrevistados atribuíram o caráter inclusivo do *campus* ao curso de artes:

Eu acho que esse aqui é o *campus* mais acolhedor que tem, né? Pelos cursos que tem aqui, principalmente de artes visuais... Eu dei o exemplo do curso de artes visuais porque eu acho que aqui... principalmente das pessoas de artes visuais, que a gente vê as performances, que a gente vê a demonstração da questão da arte, tipo... as pessoas se expressam muito mais facilmente, o pessoal de artes visuais, você consegue se expressar muito mais fácil do que o pessoal de CG (computação gráfica), pelo menos é o que eu vejo... (Beta).

...ele tem muitas pessoas LGBT e o fato dele ser um *campus* de artes, então, ele é um *campus* muito aberto. Então um estudante de artes vem pra aqui, então ele vai se expressar tanto de formar identidade quanto do trabalho dele, então muitas pessoas começam a se expressar, então por isso que o *campus*, ele vira uma casa de expressão e de liberdade, assim, por isso que ele é, tipo, um *campus* como uma casa porque muitas pessoas elas se expressam (Delta).

Essa questão poderia ser problema de uma outra pesquisa que se propusesse a investigar a influência da arte nos caminhos para a diversidade. Por ora, é possível inferir que tal influência existe em razão da liberdade de expressão que a arte proporciona. Por meio dela,

o sujeito pode vivenciar experiências alheias, muitas vezes não possíveis na sua vida particular, além de poder performar de acordo com valores, crenças, desejos e imaginação. Essa vivência pode acarretar o enriquecimento da visão de mundo e de humanidade e a maneira de lidar com as outras pessoas e com as diferenças.

Outro ponto a ser observado é que a expressiva quantidade de estudantes LGBTI+ presente no *campus* tende a inibir pessoas preconceituosas. Nesse contexto, os potenciais agressores não encontram incentivo, espaço e voz para praticarem atos de discriminação.

No que concerne às relações estabelecidas entre a instituição e os estudantes, depreende-se que foi construída uma conexão alicerçada no cuidado, união e confiança. Essa segurança transmitida pelo IFPE/Olinda, desencadeia sentimento de liberdade e conforto para os estudantes se expressarem conforme se identificam. Sobre as expressões de gênero, Reis (2018) aponta que é a forma como a pessoa se manifesta publicamente, por meio do nome, vestimenta, comportamento, corte de cabelo, características corporais, e da forma como interage com as demais pessoas.

Isso sempre foi aqui, foi sempre muito unido. Se você falta, se você tem uma falta muito grande, eles ligam pra saber o que é que tá acontecendo, qual é o problema, então, tipo, eu acho que eles estarem muito unidos com a gente faz a gente sentir liberdade pra mostrar quem é, sem ter vergonha, independente do curso, independente do que você é (Beta).

O IF, pelo menos o *campus* de Olinda, sempre foi muito receptivo com isso, assim, sempre foi muito cuidadoso com isso, mesmo quando não tinha nada, nenhuma política que assegurasse, eles sempre foram muito proativos e receptivos no quesito de... no que se refere a tentar criar um ambiente bom, mesmo quando eles tavam pisando em ovos [...] O trajeto de casa pra cá era difícil, todo esse trajeto dentro do ônibus era difícil, mas estar aqui era muito tranquilo. Esse tipo de coisa também vai dando um gás e uma força pra você (Ômega).

Ômega, que se identifica como homem trans, ingressou no IFPE – Olinda na segunda turma ofertada pela instituição. Àquela época, o estudante encontrava-se em processo de transição e não havia nenhuma política de gênero oficializada no IFPE. Apesar da inexistência de diretriz institucional, o discente experienciou o empenho do *campus* em acolher suas necessidades da melhor maneira possível. O IFPE e, em especial, alguns professores ligados à questão de gênero, não mediram esforços para compreender a questão e buscar meios de assegurar o bem-estar de Ômega em aspectos gerais e em questões específicas, como, por exemplo, o uso do nome social e do banheiro.

A resolução referente ao uso do nome social foi aprovada em 07 de agosto de 2015 (Resolução 39/2015). O documento determina que “Por nome social entende-se aquele pelo

qual as pessoas travestis, transexuais, transgêneros e intersexual se autodenominam e escolhem ser reconhecidas, identificadas e denominadas no seu meio social” e que deve constar nos registros acadêmicos dos Cursos Técnicos, Superiores, Pós-graduação e Extensão no IFPE, bem como ser respeitado por toda a comunidade acadêmica. A resolução também assegura “o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero autodeclarada”.

A situação acima relatada mostra a importância da existência de políticas regulamentadas para direcionar as ações de inclusão, mesmo compreendendo que, muitas vezes, as condições objetivas para a inclusão da diversidade não acompanham as determinações legais. No caso específico, importa enfatizar que houve profissionalismo, empatia e comprometimento dos servidores da instituição em conduzir a questão de modo apropriado e humano, contudo, poderia ter sido diferente em outro ambiente, onde as pessoas envolvidas não dispusessem da mesma sensibilidade para lidar com a situação. Ressaltamos aqui o papel dos professores ligados à questão de gênero que, na ocasião, tomaram a frente e assumiram papel determinante na viabilização da garantia de direitos.

Em se tratando de um todo constituído por partes, os professores são de fundamental importância na constituição desse espaço que agrega educação e socialização. De acordo com Candau (2008), no espaço escolar, o educador tem o papel de mediador na construção de relações interculturais positivas, de promover situações que possibilitem o reconhecimento entre os diferentes e exercícios que permitam se colocar no lugar sociocultural do outro. Situações de discriminação e preconceito estão presentes no ambiente escolar e, muitas vezes, são ignoradas ou minimizadas. É importante não negá-las e trabalhá-las tanto no diálogo pessoal como em momentos de reflexão coletiva partindo de situações concretas que se manifestam no cotidiano da escola.

Não sei como é em computação gráfica (risos), mas os professores de artes são maravilhosos (Gama).

...ele é um *campus* pequeno, com poucos alunos e quando eu entrei eu fui a segunda turma, eu entrei no segundo... e aí... é... fui muito... percebi que tava todo mundo [...] especialmente os professores que eram mais à frente de coordenação, esse tipo de coisa, eles tavam querendo ter muito cuidado comigo, mas querendo ter muito cuidado com o *campus* também, com os outros alunos, sem saber lidar com a coisa do banheiro, sem saber lidar com a coisa do nome, mas sempre senti uma boa vontade muito grande de tentar ajudar pra que acontecesse, que fosse um processo confortável. [...] Você conhece o seu professor, você consegue conversar com o seu professor, você consegue, de fato, eles vão em sala e falam... e vão dar informações, se você tá precisando de um acolhimento, você se sente confortável pra conversar com alguns professores daqui (Ômega).

Observa-se nesse ponto a qualidade das relações humanas estabelecidas com a diversidade por parte dos professores, especialmente do curso de artes visuais, que são reverberadas nas pequenas ações do cotidiano acadêmico e que causam grande impacto nas vidas dos estudantes. Essa postura condiz com o multiculturalismo intercultural defendido por Candau (2008), que defende a promoção de uma educação para reconhecimento do outro, uma educação que dialoga com os diferentes grupos sociais e culturais e que articula políticas de igualdade com políticas de identidade.

Apesar de majoritariamente inclusivo e acolhedor, foram mencionadas situações de preconceito e manifestação de violência por parte de um docente e de um(a) estudante intolerante à comunidade LGBTI+. Trata-se de casos isolados, mas que merecem atenção, especialmente no que concerne a estudantes ingressantes, os quais podem advir de realidades e famílias com perfil conservador.

...na minha turma, quando eu entrei, tinha muita gente preconceituosa, tinha muita gente... [...] É... acho que a demonstração maior de preconceito foi quando colocaram (um/a estudante) uma suástica no plano de fundo do computador. (Beta)
Aconteceu no 1º período com um professor de segurança do trabalho. Ele tinha... é, acho que foi o único, assim, ele tinha algumas posições homofóbicas, assim, nessa coisa do falar, do modo de falar, e, enfim, de usar termos de forma pejorativa, coisas do gênero, assim, mas foi bem pontual, e também pelo *campus* ter esse espaço de inclusão (Alfa).

Essas manifestações de intolerância, embora injustificáveis, são reflexo de uma cultura que ressalta determinados valores como positivos, ocasionando estranhamento e rejeição ao diferente. Os dois trechos acima têm em comum o fato de que as situações de LGBTIfobia ocorreram no primeiro período, ou seja, momentos em que estudantes ingressantes provavelmente ainda não haviam tido contato com o mundo acadêmico. Esse cenário de novidade e desconhecimento, no qual os vínculos ainda não foram construídos e que questões relevantes como a diversidade e o respeito às diferenças ainda não foram problematizadas naquele ambiente, se apresenta como terreno fértil para práticas violentas de intolerância, sendo necessárias atuações sistemáticas nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar os objetivos deste estudo, foi necessário entender o processo de descobrimento e reconhecimento da sexualidade e identidade de gênero, bem como os desafios enfrentados pelos/as entrevistados/as por não corresponderem aos padrões

historicamente impostos e que são exigidos em espaços de socialização, como família, escola e na sociedade.

Nesse aspecto, foi possível observar semelhanças quanto à repressão sofrida para se enquadrar em um modelo que atendesse às expectativas sociais. As experiências vivenciadas coincidem, ao mesmo tempo que guardam especificidades individuais e são, de modo geral, marcadas por cobranças, desconfortos, medos e traumas. Contudo, também são permeadas por estratégias de sobrevivência e enfrentamento que ocorrem por meio de mecanismos de proteção, como não demonstração ou revelação de identidade LGBTI+ em espaços com possibilidade de hostilidade, terapia individual e redes de apoio.

Uma questão importante da LGBTIfobia que foi destacada é sobre o modo de discriminação que não costuma acontecer mediante uma violência explícita, como a física ou a verbal, mas por meio de uma violência sutil e velada, que se manifesta em piadas, olhares e risadas. Esse tipo de violência tende a machucar na mesma medida ou com mais intensidade que os atos mais facilmente identificados.

A atenção a esse tipo de violência deve ser redobrada porque está propícia a ser praticada por pessoas que não insultariam ou praticariam agressão física à população LGBTI+ e que podem se autodeclararem não preconceituosas, contudo, foram educadas em uma estrutura cujos discursos inferiorizam os diferentes e induzem a práticas desprovidas de empatia, mesmo que inconscientemente. Nesse sentido, entendemos como imprescindível trazer à reflexão que atos aparentemente inofensivos devem ser combatidos, pois, mesmo que não sejam intencionais, causam constrangimento e traumas.

Buscamos analisar as formas de violência institucional e interpessoal no ambiente educacional por meio de questionamentos sobre as relações sociais naquele ambiente e sobre a vivência de experiências discriminatórias na instituição IFPE - Olinda. Observou-se que as experiências vivenciadas e adquiridas no IFPE - Olinda se caracterizam majoritariamente como positivas no que tange à inclusão de pessoas LGBTI+. É possível depreender que esse ambiente de educação profissional busca dar materialidade às Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao propiciar um espaço acolhedor e buscar oferecer uma educação integral no que tange à formação de sujeitos críticos, autônomos e humanos.

Para além do fato de ser um *campus* pequeno com uma grande quantidade de pessoas LGBTI+, um aspecto interessante destacado pelos participantes da pesquisa é a influência da arte nos processos de inclusão. Essa relação foi reconhecida por nós como alvo de reflexão, sem, contudo, ter sido possível realizar um estudo a respeito, mas que deixamos como

indagação e sugestão para uma pesquisa aprofundada sobre como a arte pode ter participação na ampliação das visões de mundo e no exercício do respeito às diferenças.

Observou-se, de modo geral, qualidade humana das relações estabelecidas no IFPE/Olinda, com episódios pontuais de práticas LGBTIfóbicas, mais susceptíveis de acontecer em turmas com estudantes ingressantes. De modo geral, a educação promovida pelo *campus* condiz com a perspectiva multiculturalista a partir dos relatos dos/as participantes, todavia, no que tange à inclusão de gênero, identificamos a necessidade de que o debate seja reforçado por meio de atividades pensadas com o propósito de informar e provocar a reflexão sobre essa temática.

Por fim, em termos gerais, podemos afirmar que este recorte da pesquisa teve como resultados: relações interpessoais e institucional positivas no IFPE-Olinda, com episódios pontuais de LGBTIfobia, necessidade de retomada das atividades do NEGED, especialmente com os estudantes ingressantes a fim de fortalecer ainda mais o caráter inclusivo do *campus*.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kuhner. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; ___ (Orgs). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2.ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. **As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e suas implicações em seus projetos de vida**. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. Título III. Série: Primeiros Passos: 26.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. Digitalização: 2004. Publicação Original: 1981.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Currículo. *In.* (Org.) Beauchamp, Jeanete; Pagel, Sandra Denise; Nascimento, Aricélia Ribeiro do. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural da pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. Resolução Nº 39 de 07 de agosto de 2015. **Conselho Superior**. Recife, 07 de agosto de 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**. [online]. vol.9, n.2, pp.541-553, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ufop – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. – (Série Cadernos da Diversidade; 6).

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

MOURA, FILHO e SILVA. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. vol.20, n.63, pp.,1057-1080, out-dez, 2015.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. *In* **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. V1.

RADIO SENADO. **Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.